



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

### TERMO DE REFERÊNCIA - LICITAÇÃO

PREGÃO /2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO 23086.010910/2020-55

#### 1. DO OBJETO E DA ESTIMATIVA DO PREÇO

1.1. Contratação de peessoa jurídica para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças exceto baterias, de nobreaks do data center da Diretoria de Tecnologia da Informação da UFVJM, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

Objeto e Estimativa de Preço

ITEM	DESCRIÇÃO /ESPECIFICAÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL ESTIMADO
01	Nobreak 01 - ENGETRON 40kVA modelo DWTT40A2 com transformador 220/380. Banco de baterias com 128 baterias de 9AH 12V. N.o de série 0340568 (nobreak), 0342843 (transformador) e 0340569 (banco baterias).	R\$ 2.163,16	R\$ 25.957,96
02	Nobreak 08 - UPS RTA 20kVA modelo MODSUNBR20KVA-V4, com transformador 220/380 Número de série BAC003. Banco de baterias com 60 baterias de 09AH 12V.	R\$ 1.887,38	R\$ 22.648,52
03	Nobreak 03 - UPS SMS 10kVA modelo USS10000Di Double II. Número de série 246780001299, banco de baterias com baterias de 18AH 12V.	R\$ 1.467,38	R\$ 17.608,52
04	Nobreak 04 - UPS SMS 10kVA modelo USS10000Di Double II. Número de série 246780001350, banco de baterias com baterias de 18AH 12V.	R\$ 1.467,38	R\$ 17.608,52
05	Nobreak 05 - UPS SMS 10kVA modelo USS10000Di Double II. Número de série 246780001354, banco de baterias com baterias de 18AH 12V.	R\$ 1.467,38	R\$ 17.608,52

Valor total mensal: R\$ 8.452,67 (oito mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos)

Valor total anual: R\$ 101.432,04 (cento e um mil quatrocentos e trinta e dois reais e quatro centavos)

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

#### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) possui uma infraestrutura de TI que busca garantir alto desempenho e disponibilidade dos sistemas e dados nela hospedados. Trata-se de uma estrutura de equipamentos com considerável poder de processamento e capacidade de armazenamento, projetada inclusive para tolerar falhas em seus componentes sem que fiquem inoperantes e o serviço seja interrompido, mantendo-se, portanto, disponível.

2.2. Entretanto, para que a referida estrutura possa entregar o melhor serviço possível à comunidade acadêmica, é necessário que os equipamentos estejam apoiados em sistemas que possibilitem o seu correto funcionamento. Entre tais mecanismos se encontram os sistemas de energia ininterrupta (nobreaks), responsáveis por proteger os ativos de tecnologia da informação contra falhas e interferências no suprimento de energia elétrica.

2.3. Os atuais nobreaks utilizados nos data centers de produção e replicação têm mais de 5 anos de utilização e se encontram atualmente sem contrato de manutenção. Em várias ocasiões eles apresentam falhas diante de oscilações e interrupções de energia, sem desempenhar a contento a função que se espera dos mesmos. Alguns dos nobreaks se encontram inoperantes, inclusive.

2.4. Além da mão de obra insuficiente na universidade para prestar a manutenção no prazo necessário, há imensa dificuldade em aquisição dos componentes desses equipamentos - por exemplo, pregão 12/2018 item 86 UASG 153036 (item deserto). De fato, é extremamente complexo a montagem de um processo licitatório de todas as peças de todos os nobreaks, em uma quantidade que precisaria ser estimada de modo a prever a quantidade aproximada de cada uma das peças que eventualmente seriam repostas.

- 2.5. Diante do exposto, faz-se necessário assegurar que o sistema de energia ininterrupta dos data centers opere de maneira adequada às necessidades da organização. Após estudo da viabilidade de várias possibilidades para se atingir tal objetivo, foi escolhida a realização de contrato de manutenção preventiva e corretiva dos nobreaks de que a universidade já dispõe.
- 2.6. Espera-se, com a solução escolhida, assegurar o correto funcionamento dos equipamentos e diversos sistemas de que a Universidade dispõe e são utilizados por toda a comunidade acadêmica, tais como: Sistema Eletrônico de Informações (SEI), E-campus, portal da UFVJM, Moodle, Pergamum, Eduroam, Fone@RNP, Webmail, autenticação dos serviços G Suite, Web Conferência RNP e Biblioteca Digital, entre outros sistemas governamentais que precisam ser acessados para pagamentos de bolsas, salários e fornecedores.
- 2.7. A solução será fundamental para assegurar melhor prestação dos serviços e finalidades da universidade, especialmente com o emprego do regime de teletrabalho e ensino remoto emergencial (ERE) em função da pandemia de SARS-COV-2 (novo coronavírus).

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência (documento SEI! 0197812).

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.1.1. O regime de execução do contrato é em horário comercial (8 x 5), com tempo de solução de até 2 (dois) dias úteis.
- 5.1.1.1. Caso a manutenção corretiva envolva a troca de peças, o prazo de solução poderá ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e apresentada por técnico da CONTRATADA ao fiscal técnico do contrato, que pode ou não conceder a extensão de prazo requerida, a partir da análise da justificativa.
- 5.1.2. O objeto da presente contratação é de natureza contínua, pois a interrupção de funcionamento dos nobreaks acarreta em desligamento abrupto dos equipamentos do Data Center em períodos chuvosos e de interrupções de energia. Tal evento provoca a indisponibilidade e mau funcionamento dos sistemas e serviços à comunidade acadêmica, tais como o SEI, E-campus, Webmail, Pergamum, Moodle e Portal. Portanto, a interrupção do serviço de manutenção dos nobreaks compromete a continuidade das atividades da Administração, no âmbito da UFVJM.
- 5.1.3. As peças defeituosas substituídas, inclusive as baterias fornecidas pela CONTRATANTE, deverão ser recolhidas pela CONTRATADA e terem destinação de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 12.305, de 25 de Agosto de 2010, referente ao descarte e reutilização de produtos eletroeletrônicos e seus componentes, bem como o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – NESLIC da Advocacia-Geral da União de 2016.
- 5.1.4. A duração inicial do contrato será de 12 meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.1.5. Não é necessário que a CONTRATADA promova transição contratual com transferência tecnologia, conhecimento e técnicas empregadas na execução do objeto contratado, haja vista que é de domínio comum o serviço de manutenção dos modelos de nobreak da presente licitação.
- 5.1.6. A quantidade de fornecedores que atendem ao especificado não é restrita, conforme levantamento realizado de empresas que prestam o tipo de serviço requisitado para as marcas dos nobreaks alvo da manutenção.
- 5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.3. A quantidade de deslocamento e despesas de hospedagem dependem da localização da Contratada em relação à cidade de Diamantina, bem como da complexidade do serviço a ser executado, o qual pode variar a depender do problema apresentado pelo equipamento.
- 5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

### 6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09:00** horas às **16:00** horas.
- 6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 6.2.2. O agendamento da vistoria deve ser feito por meio dos e-mails [ramon.leite@ufvjm.edu.br](mailto:ramon.leite@ufvjm.edu.br), [leandro.leal@ufvjm.edu.br](mailto:leandro.leal@ufvjm.edu.br) ou [rogerio.silva@ufvjm.edu.br](mailto:rogerio.silva@ufvjm.edu.br) aos cuidados de Ramon, Leandro ou Rogério. Maiores informações podem ser obtidas nos seguintes telefones: (38) 3532-6801 ramais 8242 (Ramon), 8244 (Leandro) ou 8240 (Rogério).

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. O regime de execução do serviço é em horário comercial (8 x 5), das 08:00 às 18:00.

7.1.2. A localização na qual se encontram os equipamentos que serão objeto da manutenção são os seguintes:

7.1.2.1. Itens 1,2 e 3: Prédio da DTI, Campus JK da UFVJM. Endereço: MGT 367, KM 583, n.º 5000. Bairro Alto da Jacuba, CEP 39100-000, Diamantina-MG;

7.1.2.2. Itens 4 e 5: Prédio da ICT, Campus JK da UFVJM. Endereço: MGT 367, KM 583, n.º 5000. Bairro Alto da Jacuba, CEP 39100-000, Diamantina-MG.

7.1.3. A fim de garantir o correto funcionamento dos equipamentos, deverão ser executados dois tipos manutenção: preventiva e corretiva.

7.1.4. A manutenção preventiva compreende a revisão de componentes do nobreak de modo a impedir previamente ou mitigar possíveis falhas que venham a ocorrer em seu funcionamento.

7.1.4.1. Esse tipo de manutenção deverá ser executado semestralmente, sendo que a primeira manutenção desse tipo deverá ser executada no primeiro mês de vigência do contrato.

7.1.4.2. Os procedimentos previstos nesse tipo da manutenção deverão seguir os manuais e, ou recomendações dos fabricantes dos equipamentos, bem como outras ações que a CONTRATADA julgar necessário.

7.1.5. A manutenção corretiva consiste na execução de procedimentos necessários para corrigir falhas que impeçam o nobreak de operar em seu pleno funcionamento.

7.1.5.1. Esse tipo de manutenção deverá ser executado sempre que requerido pela CONTRATANTE, por intermédio de seus prepostos estabelecidos no início da vigência do contrato.

7.1.5.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento via telefone e, ou plataforma web para acionamento e registro de chamados técnicos.

7.1.5.3. A manutenção corretiva terá prazo de solução de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data do chamado técnico gerado pela CONTRATANTE.

7.1.5.4. Caso a manutenção corretiva envolva a troca de peças, o prazo de solução poderá ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e apresentada por técnico da CONTRATADA ao fiscal técnico do contrato, que pode ou não conceder a extensão de prazo requerida.

7.1.6. Para cada atendimento realizado deverá ser produzido um relatório técnico, assinado pelo responsável por executar os serviços, contendo pelo menos, as seguintes informações:

7.1.6.1. Data e horário do atendimento, identificação do chamado gerado e do equipamento alvo da manutenção;

7.1.6.2. Descrição suficientemente clara do problema encontrado e da ação realizada para solucioná-lo, bem como listagem de todas as peças e componentes substituídos.

7.1.7. Todas as peças e componentes necessários à execução dos serviços de manutenção deverão ser novas e originais, fornecidos pela CONTRATADA. A única exceção são as baterias, que serão adquiridas pela CONTRATANTE e trocadas pela CONTRATADA quando solicitado.

7.1.7.1. A garantia para as peças e, ou componentes substituídos deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da data em que foi instalado. Está incluído também os custos de mão de obra e quaisquer outros valores diretamente relacionados, caso seja novamente necessária a sua troca.

7.1.7.2. A CONTRATADA deverá efetuar o controle do prazo de garantia das peças e/ou componentes substituídos.

7.1.7.3. Qualquer troca de peças e componentes que se façam necessários somente ocorrerão mediante justificativa técnica, da qual um representante da CONTRATANTE deve ter ciência e dar anuência.

7.1.7.4. As peças e/ou componentes, inclusive baterias fornecidas pela CONTRATANTE, retirados por substituição deverão ser embalados e encaminhados pela CONTRATADA para o descarte adequado, nos termos da legislação vigente, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

7.1.7.5. Todo e qualquer custo, direto e indireto, relativos à mão de obra necessária para a realização dos serviços, tais como transporte, diárias, alimentação e hospedagem, já estão inseridos na remuneração mensal da CONTRATADA por força do contrato. Isso é válido inclusive para o serviço da troca de baterias que são fornecidas pela CONTRATANTE.

7.2. A execução dos serviços será iniciada em até um mês após o início da vigência do contrato, com a execução da primeira manutenção preventiva semestral nos equipamentos.

## **8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

- 8.1. A equipe de gestão do contrato será composta por um fiscal administrativo, um fiscal técnico e um gestor do contrato, designados por Portaria específica.
- 8.2. Os seguintes meios podem ser utilizados para comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA: telefone, e-mail, ofício, relatório técnico, webconferência e vídeo-conferência.
- 8.3. A forma de aferição do serviço para efeito de pagamento se dará a partir dos seguintes parâmetros:
- 8.3.1. a partir do cumprimento dos prazos para atendimento dos chamados técnicos, incluindo o tempo de solução, para as manutenções corretivas.
- 8.3.2. cumprimento dos prazos para execução das manutenções preventivas, de acordo com este Termo de Referência.
- 8.3.3. o estabelecimento da perfeita operacionalidade dos equipamentos.
- 8.4. A aferição dos serviços, nos parâmetros estabelecidos no item anterior, será realizada de acordo com a Seção III da instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017.
- 8.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a prestação do serviço conforme item 7 deste Termo de Referência.

#### **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

- 9.1. Não há necessidade de disponibilização de materiais específicos porque o serviço contratado não engloba a disponibilização de material de consumo e de uso duradouro em favor da Administração.

#### **10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

- 10.1. Os nobreaks que são objeto da manutenção requerida são utilizados no Data Center da universidade, compondo a infraestrutura elétrica que dá suporte aos servidores computacionais a partir dos quais os serviços de tecnologia da informação e comunicação são disponibilizados à comunidade acadêmica interna e externa.
- 10.2. Os nobreaks dos itens 1, 2 e 3 se referem ao data center principal, onde se encontram os serviços em produção. Ele também conta com um Grupo Motor Gerador a diesel, utilizado em caso de falta de energia da concessionária.
- 10.3. Os nobreaks dos itens 3 e 4 se referem ao data center de backup, utilizado para replicação de dados.
- 10.4. Demais informações podem ser obtidas pelos seguintes contatos: e-mails ramon.leite@ufvjm.edu.br, leandro.leal@ufvjm.edu.br ou rogerio.silva@ufvjm.edu.br aos cuidados de Ramon, Leandro ou Rogério. Telefones: (38) 3532-6801 ramais 8242 (Ramon), 8244 (Leandro) ou 8240 (Rogério).

#### **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.23. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 12.24. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo

das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

12.25. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

12.26. ~~Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.~~(SUPRIMIDO)

12.27. **Apresentar, em até 15 (quinze) dias após a data de assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), relativa aos serviços constantes do objeto do contrato, nos termos da Lei n.º 6.496/77.**

12.28. **Instalar e, ou substituir as baterias do banco de baterias dos nobreaks que forem fornecidas pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, quando forem solicitados.**

#### 13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, uma vez que de acordo com a complexidade do objeto, não há parte cuja execução careça de especialização por parte da CONTRATADA.

#### 14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no **Anexo I**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

15.9.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

15.9.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. ~~A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:~~ **(SUPRIMIDO)**

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.2.1. A documentação inclui o Relatório Técnico Mensal, no qual a CONTRATADA deve listar todos os chamados técnicos atendidos no período relacionado ao adimplemento da parcela, indicando sua data de abertura e data de solução. No mesmo documento deverá constar o valor relacionado à parcela, de acordo com o estabelecido em contrato.

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A inspeção realizada pelo fiscal técnico será formalizada no Relatório de Medição de Nível de Serviço, no qual irá constar a avaliação de cada chamado realizado no período, em termos de alcance da finalidade da abertura do chamado e do seu atendimento no prazo previsto.

16.3.2. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.2.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.2.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.2.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.3. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.3.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.3.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **17. DO PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I(TX) = (6 / 100) / 365$ , sendo I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%



**18. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO**

18.1. A antecipação do pagamento, prevista no art. 1º, II da Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020, não se aplica à presente contratação, por não atender condição indispensável para obter o bem ou assegurar a prestação do serviço, ou ainda propiciar economia significativa de recursos.

**19. REAJUSTE**

19.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

**20. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

20.1.1. O contrato não envolve a execução de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra;

20.1.2. Considerando a análise de riscos feita para a presente contratação, há ações que podem ser realizadas de forma a mitigar possível inexecução contratual.

**21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. Multa de:

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

21.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
2	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são **aqueles discriminados na tabela abaixo:**

Qualificação Técnica

Item	Critério	Requisito	Justificativa
1	Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional	Emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado e apresentado(s) em papel timbrado do emitente, contendo o nome da empresa, a identificação dos signatários, endereço completo, telefone, e se for o caso, correio eletrônico para contato, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com os serviços objeto desta contratação;  O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar serviços de natureza compatíveis, permitindo estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais e técnicas, dimensionais e qualitativas com os serviços que compõem o objeto desta licitação, e que façam explícita referência às seguintes especificidades técnico-operacionais: - <b>Serviço de manutenção em nobreak de no mínimo 10 (dez) kVA.</b>  - Os atestados devem se referir a contratos já concluídos ou os quais <b>já tiveram pelo menos 01 (um) ano do início de sua execução.</b>  - Atestados referentes a um período menor que o supracitado somente serão aceitos caso tenha sido firmado para ser executado em prazo inferior, o que deverá ser comprovado mediante a apresentação do contrato. Nessa hipótese, deverá ser apresentado mais de um atestado, de modo que os diferentes atestados <b>cubram o período de no mínimo 01 (um) ano de efetivo serviço prestado.</b>	Busca garantir que a CONTRATADA tenha de fato capacidade técnica operacional para prestar o suporte aos equipamentos, em sua quantidade e complexidade, nos prazos necessários para manutenção das atividades de negócio. Busca-se mitigar o risco de contratação de empresas incapacitadas tecnicamente de realizar serviços desta natureza.
2	Declaração de Capacidade Técnica para fornecimento de peças (Anexo E do TR)	Declaração de que garante o fornecimento de <b>peças originais</b> dos equipamentos alvos da manutenção ( <b>exceto baterias</b> ), para o cumprimento dos termos do contrato, no período de sua vigência.	Busca-se garantir que a empresa terá capacidade de atender aos chamados técnicos e resolvê-los em período suficientemente razoável para evitar que os equipamentos do data center (aos quais os nobreaks dão suporte) sofram avarias por razão de distúrbios na rede elétrica. Isso evita que os sistemas se tornem indisponíveis à comunidade acadêmica.
3	Declaração de Capacidade Técnica para mão de obra qualificada (Anexo F do TR)	Declaração de que os profissionais responsáveis pela prestação do serviço estarão, na vigência contratual, tecnicamente qualificados e capacitados para prestar suporte aos equipamentos em questão.	Os equipamentos que serão objeto de manutenção integram uma estrutura de alta complexidade e de vultoso valor, exigindo mão de obra devidamente qualificada.
4	Declaração de Vistoria Técnica ou conhecimento das peculiaridades do local (Anexo B ou C do TR)	Declaração de que vistoriou as instalações da UFVJM, onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na nessa visita OU declaração de que tem pleno conhecimento das peculiaridades do local e condições de prestação dos serviços, conforme item 6 do presente Termo de Referência.	É relevante que a CONTRATADA tenha conhecimento sobre a realidade na qual os equipamentos estão inseridos, de modo a dimensionar e avaliar corretamente os recursos que serão necessários para dar a manutenção e suporte técnico adequados.

22.4. O critério de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços **presente no item 23.2.3 do presente Termo de Referência.**

22.5. **O regime da execução dos contratos é EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, e o tipo e critério de julgamento da licitação é o MENOR PREÇO POR ITEM para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral.**

22.6. **De acordo com o Art. 4º do Decreto nº 5.450/2005, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, preferencialmente na sua forma ELETRÔNICA, com julgamento pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM.**

22.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. O custo total estimado da contratação é de **R\$ 101.432,04 (cento e um mil quatrocentos e trinta e dois reais e quatro centavos), a serem pagos em 12 parcelas iguais de R\$ 8.452,67 (oito mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos).**

23.2. **A composição dos preços do serviço se deu a partir de pesquisa direta com fornecedores da área.**

23.2.1. **Não foi utilizado como referência o Pannel de Preços nem contratações similares de outros entes públicos, uma vez que não foram localizados serviços contratados nos últimos 12 meses com o mesmo formato do serviço contratado para o porte dos nobreaks alvos da presente manutenção.**

23.2.2. **A memória da cálculo da presente estimativa se encontra no documento SEI! 0199911. Os orçamentos recebidos se encontram nos documentos SEI! 0200626 e SEI! 0200659, assim como os contatos eletrônicos estabelecidos com os diversos fornecedores (documentos SEI! 0199792 e SEI! 0199805).**

23.2.3. O valor mensal por item se encontra discriminado na tabela abaixo:

Estimativa de Preços

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Nobreak 01 - Engetron 40 kVA	Mês	12	R\$ 2.163,16	R\$ 25.957,96
02	Nobreak 08 - RTA 20 kVA	Mês	12	R\$ 1.887,38	R\$ 22.648,52
03	Nobreak 03 - SMS 10 kVA	Mês	12	R\$ 1.467,38	R\$ 17.608,52
04	Nobreak 04 - SMS 10 kVA	Mês	12	R\$ 1.467,38	R\$ 17.608,52
05	Nobreak 05 - SMS 10 kVA	Mês	12	R\$ 1.467,38	R\$ 17.608,52
Valor Total				R\$ 8.452,67	R\$ 101.432,04

## 24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. A presente contratação possui dotação orçamentária proveniente do Termo de Execução Descentralizada TED 9513 (Itens de TI).  
Município de Diamantina, 23 de Outubro de 2020.

**DECLARO** que:

<p><input type="checkbox"/> <b>Não foram realizadas quaisquer alterações nas minutas.</b></p>
<p><input checked="" type="checkbox"/> Foram <b>incluídos</b> os trechos <b>negritados e sublinhados</b> na minuta de:</p> <p><input type="checkbox"/> Edital    <input type="checkbox"/> Contrato <input checked="" type="checkbox"/> <i>Termo de Referência</i></p> <p><input type="checkbox"/> Outros:</p> <p>Pelos motivos a seguir expostos (especificar item incluído): detalhamento das condições em que os serviços devem ser prestados.</p>
<p><input type="checkbox"/> Foram <b>suprimidos</b> os trechos indicados pela expressão <b>(SUPRESSÃO)</b> na minuta de:</p> <p><input type="checkbox"/> Edital    <input type="checkbox"/> Contrato <input checked="" type="checkbox"/> <i>Termo de Referência</i></p> <p><input type="checkbox"/> Outros:</p> <p>Pelos motivos a seguir expostos (especificar item suprimido):</p> <p>item 15.16: não houve necessidade de explicitar outras rotinas para fiscalização da execução</p> <p>item 12.26: não se aplica a transição contratual com transferência de conhecimento na presente contratação</p>
<p><input type="checkbox"/> Foi <b>incluída cláusula específica</b> na minuta de:</p>

( ) Edital ( ) Contrato ( ) Termo de Referência  
( ) Outros:

Pelos motivos a seguir expostos (especificar cláusula):

DECLARO, ao final, possuir competência para firmar a presente certificação.

Diamantina, outubro de 2020.

Ramon Rocha Leite  
Analista de Tecnologia da Informação  
SIAPE 2956326

Leandro Carvalho Leal  
Analista de Tecnologia da Informação  
SIAPE 2798982

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União  
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra  
Atualização: Julho/2020



Documento assinado eletronicamente por **Ramon Rocha Leite, Servidor**, em 23/10/2020, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Carvalho Leal, Servidor**, em 23/10/2020, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0200673** e o código CRC **9C809BC9**.